



Green Power

ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A.

CNPJ nº 21.869.008/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021: Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Rio de Janeiro, 30 de março de 2022.

Table with columns: Notas, 2021, 2020. Rows: Ativo Circulante, Caixa e equivalentes de caixa, Títulos e valores mobiliários, etc.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table showing changes in equity components: Capital social, Reserva legal, Reserva estatutária, Lucros acumulados, Total.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto operacional
A Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. ("Companhia") foi constituída em 30 de janeiro de 2015, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem eólica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive detida participação social na capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista. A Companhia explora o potencial eólico de 56 MW no município de Morro do Chapéu, estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 06/2014-ANEEL, com contrato vigente até 3 de julho 2050, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração.
1.1. Pandemia (Covid-19) Impactos econômico-financeiros: Pessoas e sociedade: Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, a Companhia providenciou e disponibilizou, para cada profissional, equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por Covid-19. Não obstante, os benefícios de saúde disponibilizados desde o início da pandemia, como por exemplo, apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por Covid-19, serão mantidos. Desde a adoção mais ampla do trabalho remoto, intensificada após o início da pandemia, a nova forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só é possível pelos constantes investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Companhia. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para expansão da prática do trabalho remoto. Monitoramento e plano estratégico: A Companhia tem realizado acompanhamento constante da adoção de estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também, demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da Covid-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável. Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Companhia continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras
A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 30 de março de 2022.
2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Conforme Orientação Técnica OCPC 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado pela Administração da Companhia.
2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando e indicada a base diferente de mensuração.
2.3. Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira: As demonstrações financeiras são preparadas em reais (R\$), moeda funcional utilizada pela Companhia. Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconhecidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.
3. Políticas contábeis
3.1. Reconhecimento de contratos com clientes: As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47"). A norma estabelece um novo modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira entre troca e bens ou serviços ora transferidos, e, portanto, também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato. Receita de venda de energia: As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo. As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE") são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada ("energia secundária"), liquidada no mercado SPOT ("mercado de curto prazo") ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças ("PLD") e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.
3.2. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial quando é parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. A Companhia, inicialmente, mensura seus ativos financeiros ao seu valor justo acrescidos dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, este deve gerar fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Os demais ativos que, não estejam estritamente relacionados a pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos passivos financeiros no reconhecimento inicial é realizada ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumento de proteção. Todos os passivos são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, subsequentemente, são classificados em duas categorias: passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Classificação de ativos financeiros e passivos financeiros: A Companhia adotou o CPC 48, e seus ativos foram mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; • A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado. Redução do valor recuperável de ativos financeiros: O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado. Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos

Table with columns: Notas, 2021, 2020. Rows: Passivo Circulante, Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, Imposto de renda e contribuição social a pagar, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table showing income statement items: Receita líquida, Custo do serviço, Lucro líquido do exercício, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table showing cash flow items: Atividades operacionais, Atividades de investimentos, Atividades de financiamentos, etc.

(Aumento) redução dos ativos: Esperas a receber de clientes, Créditos com partes relacionadas, Tributos a compensar, etc.
Atividade de investimentos: Títulos e valores mobiliários, Ativação de imobilização, etc.
Atividade de financiamentos: Pagamentos de obrigações por arrendamento, Captação empréstimos e financiamentos, etc.
Variação no caixa líquido da Companhia: 24.080 em 2021 e 9.057 em 2020.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table with columns: Notas, 2021, 2020. Rows: Receita líquida, Custo do serviço, Lucro líquido do exercício, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table showing comprehensive income items: Lucro líquido do exercício, Total do resultado abrangente do exercício, etc.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

Table showing cash flow items: Atividades operacionais, Atividades de investimentos, Atividades de financiamentos, etc.

taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante do ajuste de valores de mercado se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido.
3.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e nestes orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. Em 31 de dezembro de 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.
3.9. Provisões: As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquida-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
3.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são calculados e diferidos ao longo do período de tempo nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. a) Imposto corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar ou a receber em exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b) Imposto diferido: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributárias e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicado no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.
3.11. Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021: A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir: Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos...



ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A. - CNPJ nº 21.869.008/0001-69

critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir: (a) alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; (b) Qualquer redução nos pagamentos do arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia. Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração, evidência e instrumentos financeiros: Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais taxas são referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração do CPC 40 e CPC 48. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia não possui transações sujeitas à taxa variável vinculada à LIBOR.

3.12. Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes: Não se espera que as seguintes normas novas tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 - Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023

CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Venda ou Compra de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture. Prover guidance para situações que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas. Ainda não determinado pelo CFC

3.13. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas, provisão para desmantelamento, arrendamentos e instrumentos financeiros. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos e, as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: provisão para desmantelamento e provisão de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa.

4. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e contas correntes bancárias	-	6.701
Aplicações financeiras	-	-
CDB - Certificado de depósito bancário (a)	44	17.379
Total aplicações financeiras	44	17.379
Total de caixa e equivalentes de caixa	44	24.080

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatadas a qualquer tempo.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2021	31/12/2020
Fundos de investimentos exclusivos	3.773	-
Total de títulos e valores mobiliários	3.773	-

A Companhia aplica uma parcela do seu caixa em fundos de investimento exclusivos das empresas do Grupo Enel, administrados por Asset de primeira linha. Esses fundos são classificados como renda fixa, possuem alta liquidez e buscam retorno compatível com o benchmark que é a taxa CDI através de carteira composta majoritariamente por títulos públicos e letras financeiras. Em 31 de dezembro de 2021 os fundos apresentaram uma rentabilidade média de 86,39% no ano.

6. Contas a receber de clientes:

	A vencer	Vencidos		Vencidos há	
		até 90 dias	mais de 90 dias	31/12/2021	31/12/2020
Energia Elétrica de Curto Prazo - CCEE	2.713	9.406	512	12.631	39.074
Suprimento de Energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	2.570	290	791	3.651	13.311
Ressarcimento	13.967	-	-	13.967	8.477
	19.250	9.696	1.303	30.249	60.862
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(905)	(995)	(531)
	19.250	9.696	398	29.254	60.331
	-	-	Circulante	20.777	51.854
	-	-	Não circulante	8.477	8.477

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2021, a companhia possui o ativo de R\$ 12.631 (R\$39.074 em 2020), referente ao ressarcimento do mercado regulado, sendo o montante de R\$ 9.083 classificados no não circulante. Os ressarcimentos apurados são determinados em função dos Contratos de Compra de Energia em Ambiente Regulado (CCEAR) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia Nova (LEN), Leilões de Fontes Alternativas (LFA) e Leilões de Energia Existente (LEE), e dos Contratos de Energia de Reserva (CER) por Disponibilidade, firmados a partir dos Leilões de Energia de Reserva (LER). As regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" desses contratos fornecem as informações para cálculo dos recursos energéticos comprometidos com os contratos por disponibilidade. Estas informações são utilizadas para apuração das eventuais infrações relacionadas basicamente às indisponibilidades e aos déficits de geração relacionados às usinas não hidráulicas que atendem os produtos associados a estes contratos. Os pagamentos e recebimentos, devidos a título de ressarcimento, calculados segundo regras de "Medição Contábil" e "Garantia Física" são utilizados na consolidação dos resultados dos agentes envolvidos na contratação por disponibilidade visando a liquidação financeira destas quantias de forma a atender o disposto nos contratos. A dinâmica de apuração do ressarcimento é anual. O mecanismo de apuração anual segue as regras de comercialização que estabelecem que a produção de energia não entregue deve ser considerada de acordo com o valor médio anual contratado ("flat"). Este mecanismo visa realizar o acerto financeiro em virtude da diferença positiva entre o montante contratado e o montante gerado no período de apuração correspondente à receita fixa anual paga (ciclo contratual). A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31/12/2020	Adições	incobráveis/reversão	31/12/2021
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(531)	(496)	32	(995)

A provisão para perdas de créditos esperadas é constituída nos valores a receber ou saldo da dívida parcelada, a análise realizada pela Companhia é determinada através de avaliações individuais aplicando premissas e políticas consistentes, bem como julgamentos adequados sobre os valores a receber de seus clientes, avaliando os riscos associados a cada cliente e a probabilidade deste deixar de honrar com aquilo que é estabelecido no contrato celebrado entre as partes, essa análise é feita desde o reconhecimento inicial do direito de receber a contraprestação financeira pelo serviço prestado e produto vendido. Adicionalmente, a Companhia também considera no modelo de determinação de perda esperada a existência de garantias reais.

7. Transações com partes relacionadas: Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em 4 de novembro de 2021 foi aprovada a incorporação da Enel Green Power Brasil Participações Ltda. ("EGP Brasil" ou "antiga controladora") pela Enel Brasil S.A., e, como resultado desta incorporação, a EGP Brasil foi extinta e a Enel Brasil S.A. tornou-se sua sucessora e detentora dos saldos patrimoniais, inclusive com partes relacionadas, antes detidas pela antiga controladora. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

Natureza	Parte relacionada	31/12/2021		31/12/2020		Refe- rência
		Ativo Circu- lante	Passivo Circu- lante (des- pesa)	Ativo Circu- lante	Passivo Circu- lante (des- pesa)	
Transmissão de energia	Enel Cien S.A.	3	(28)	2	30	(i)
	Enel Brasil S.A.	-	3.707 (1.809)	-	-	
Compartilhamento das despesas comuns do grupo / transferência de custos	Enel Green Power Brasil Participações Ltda.	-	-	-	1.786	(ii)
	Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.	-	-	-	63	
	Enel Trading Brasil	872	2.186	11.657	-	
	Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	-	-	774	2.834 (17.858)	(iii)
	Ampla Energia e Serviços S.A.	343	-	1.140	113	-(1.076)
	Celg Distribuição S.A. Celg D.	479	-	2.059	228	-(1.944)
	Eletropaulo Metropolitana Elétrica de São Paulo S.A.	287	-	2.092	220	-(1.998)
	Companhia Energética do Ceará - Coelce	213	-	963	95	-(909)
Compra e venda de energia	Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	4.262	2	-	4.262	2
	Enel Green Power Paranapanema S.A.	-	60	(702)	-	-
	Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.	-	-	635	-	-
	Enel Green Power São Gonçalo 07 S.A.	-	-	7	497	-(497)
	Enel Green Power Ventos de Santa Angela 15 S.A.	-	-	572	-	-
	Socibe Energia S.A.	-	-	-	-	82
Suporte operacional	Enel Green Power SpA	-	6.880	-	6.950	-(iv)
	Total de transações com partes relacionadas	6.456	12.838	16.586	6.189	11.637 (22.072)

(i) Os gastos com a CIEN referem-se a encargos do uso do sistema de transmissão de energia. (ii) O saldo de contas a pagar é basicamente referente aos custos e as despesas relacionadas às utilidades comuns rateadas com base no acordo intragrupo de rateio de custos de despesas. (iii) Os saldos referem-se a compra e venda de energia. (iv) Os saldos a pagar à Enel Green Power S.p.A. se referem a alocação de custos de suporte de funcionários da matriz no projeto de construção do parque eólico. Em função de tais gastos estarem atrelados à construção dos parques eólicos, definidos como ativos qualificáveis, eles foram capitalizados como parte dos custos de construção e formação dos ativos. Em 2021, a Companhia não realizou pagamentos para partes relacionadas, no que se refere ao contrato de utilidades comuns, embora tenha havido reconhecimento de obrigações relativas a este contrato. Outros pagamentos realizados para partes relacionadas se referem aos encargos de uso da rede para a Enel Cien S.A., integrante do SIN - Sistema Interligado Nacional, bem como compra e venda de energia elétrica. Remuneração dos Administradores: Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2021.

8. Cauções e depósitos em garantia:

Instituição	Tipo de caução/depósito	31/12/2021	31/12/2020
BNDES	Conta centralizadora	3.531	1.416
BNDES	Reserva de O&M	1.146	1.090
BNDES	Reserva do serviço da dívida BNDES	4.608	4.501
	Total	9.285	7.007

O saldo de R\$ 9.285 em 31 de dezembro de 2021 (R\$7.007 em 2020) é composto por valores em garantia conforme definido no contrato de financiamento com o BNDES, seguindo os conceitos abaixo: a) **Conta Centralizadora**: conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento do BNDES; b) **Conta Reserva de O&M**: conta corrente composta por aportes equivalentes a 25% do valor anual dos pagamentos dos contratos de O&M; c) **Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES**: conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de (i) 3 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja igual ou superior a 1,20 ou (ii) 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida, caso o ICSD apurado seja inferior a 1,20.

9. Imobilizado: A movimentação do ativo imobilizado nos exercícios de 2021 e 2020 está demonstrada a seguir:

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020		31/12/2021			
		Valor líquido	Desman- telamento	Adição	Depre- ciação	Trans- ferência	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	56.697	(1.283)	-	-	(264)	55.150
Máquinas e equipamentos	30	301.842	-	-	-	-	821.302.663
Linhas de transmissão	30	9.952	-	-	-	-	9.952
		368.491	(1.283)	-	-	-	557.367.765

Depreciação acumulada em serviço

Edificações, obras civis e benfeitorias	(4.330)	-	-	(1.887)	-	(6.217)
Máquinas e equipamentos	(24.184)	-	-	(10.084)	-	(34.268)
Linhas de transmissão	(770)	-	-	(332)	-	(1.102)
Arrendamento - CPC 06	(435)	-	-	(290)	-	(725)
	(29.719)	-	-	(12.593)	-	(42.312)

Em curso

Máquinas e equipamentos	1.290	-	1.024	-	-	(557)	1.757
	1.290	-	1.024	-	-	(557)	1.757

Arrendamento - CPC 06

Ativo de direito de uso	29	5.627	-	1.840	-	-	7.467
		5.627	-	1.840	-	-	7.467
		345.689	(1.283)	2.864	(12.593)	-	334.677

Total do imobilizado

	Vida útil / Tempo remanescente de contrato (anos)	31/12/2020		31/12/2021			
		Valor líquido	Desman- telamento	Adição	Depre- ciação	Trans- ferência	Valor líquido
Edificações, obras civis e benfeitorias	30	57.067	(406)	-	-	-	36.56.697
Máquinas e equipamentos	30	301.858	-	-	-	(16)	301.842
Linhas de transmissão	30	9.970	-	-	-	-	82.9.952
		368.795	(406)	-	-	-	102.368.491

Depreciação acumulada em serviço

Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.435)	-	-	(1.895)	-	(4.330)
Máquinas e equipamentos	(14.130)	-	-	(10.054)	-	(24.184)
Linhas de transmissão	(439)	-	-	(228)	-	(770)
Arrendamento - CPC 06	(209)	-	-	(228)	-	(435)
	(17.213)	-	-	(12.506)	-	(29.719)

Em curso

Máquinas e equipamentos	819	-	573	-	-	(102)	1.290
	819	-	573	-	-	(102)	1.290

Arrendamento - CPC 06

Ativo de direito de uso	30	5.046	-	581	-	-	5.627
		5.046	-	581	-	-	5.627
		357.447	(406)	1.154	(12.506)	-	345.689

10. Intangível: O saldo do intangível em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 14.082 (R\$ 14.612 em 31 de dezembro de 2020) é referente à aquisição do direito de uso do projeto de geração eólica de terceiros. Os referidos ativos serão amortizados linearmente com base na vida útil remanescente da autorização. A movimentação do ativo intangível no exercício está demonstrada a seguir:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2019	15.892	(751)	15.141
Amortização	-	(529)	(529)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	15.892	(1.280)	14.612
Amortização	-	(530)	(530)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	15.892	(1.810)	14.082

11. Empréstimos e financiamentos: Em 13 de dezembro de 2019, a Companhia assinou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 152.580. Este financiamento foi desembolsado em sua totalidade em duas parcelas que ocorreram em 17 de abril e 28 de outubro de 2020 e está sendo amortizado em 188 prestações mensais e sucessivas, com o vencimento em 15 de dezembro de 2035. A taxa de juros aplicada é de TJLP + 1,34% a.a.

Instituição	Remuneração	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020	
			Principal	Custo de transação	Juros e atualizações	Total
BNDES	TJLP + 1,34%	15/12/2035	137.247	(3.570)	394	134.071
Circulante	-	-	9.803	(255)	394	9.942
Não Circulante	-	-	127.444	(3.315)	124.129	133.642
					31/12/2021	31/12/2020

Passivo circulante

Empréstimos bancários com garantias	9.942	9.961
Total passivo circulante	9.942	9.961
Passivo não circulante	-	-
Empréstimos bancários com garantias	124.129	133.642
Total passivo não circulante	124.129	133.642
Total empréstimos e financiamentos	134.071	143.603

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não circulante		Total	
	2023	2024	2025	2026	2026	2027
Saldos em 31 de dezembro de 2019	-	-	-	-	152.580	152.580
Captações	-	-	-	-	5.424	5.424
Encargos provisionados	-	-	-	-	14.988	(14.988)
Transferências	-	-	-	-	(5.530)	(5.530)
Amortizações	-	-	-	-	(5.049)	(5.049)
Encargos pagos	-	-	-	-	128	(3.950)
Custo de transação	-	-	-	-	9.961	133.642
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.961	-	-	-	8.600	8.600
Encargos provisionados	-	-	-	-	9.513	(9.513)
Transferências	-	-	-	-	(9.803)	(9.803)
Amortizações	-	-	-	-	(8.581)	(8.581)
Encargos pagos	-	-	-	-	252	252
Custo de transação	-	-	-	-	9.942	124.129
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.942	-	-	-	124.129	134.071

Cronograma de amortização da dívida de longo prazo:

ENEL GREEN POWER MORRO DO CHAPÉU II EÓLICA S.A. - CNPJ nº 21.869.008/0001-69

16. Custo do serviço e despesas gerais e administrativas

	2021			2020		
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidos	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Provisão para devedores duvidos
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(464)	(464)	-	(161)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(56.318)	-	(56.318)	(20.008)	-	(20.008)
Encargos de uso de rede elétrica	(2.637)	-	(2.637)	(2.475)	-	(2.475)
Material	-	(519)	(519)	(21)	-	(21)
Serviços de terceiros	(528)	(3.675)	(4.203)	(2.976)	(203)	(3.179)
Serviços de terceiros parte relacionadas (nota 6)	-	(1.809)	(1.809)	-	(2.098)	(2.098)
Impostos, taxas e contribuições	-	-	-	(41)	(70)	(111)
Depreciação e amortização	(12.303)	(820)	(13.123)	(10.912)	(2.123)	(13.035)
Seguros	(535)	-	(535)	(459)	-	(459)
(+) Crédito de tributos recuperáveis - PIS e COFINS	5.212	-	5.212	-	-	-
Outras despesas	(203)	(3)	(206)	-	-	-
Total	(67.312)	(6.826)	(74.138)	(36.892)	(4.494)	(41.386)

(a) A variação em energia elétrica comprada para revenda acompanha a variação de receitas com venda de energia elétrica e estão relacionadas a comercialização de energia necessária para proteger a Companhia de exposições no mercado de curto prazo.

17. Resultado financeiro:

	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.497	981
Varição cambial - débitos com partes relacionadas	1.238	410
Outras receitas financeiras	4.650	6.180
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(285)	-
Total da receitas financeiras	7.100	7.571
Despesas financeiras		
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	(8.600)	(5.424)
Cartas de fiança e seguros garantia	(1.013)	-
Varição cambial - débitos com partes relacionadas	(1.168)	(2.433)
Varição cambial - outros	(10)	-
Custo de transação	(252)	(128)
Encargos de obrigações por arrendamento	(810)	(710)
Impostos sobre operações financeiras	(39)	(34)
Atualização financeira - Desmantelamento	(137)	(125)
Outras despesas financeiras	(47)	(66)
Total da despesas financeiras	(12.076)	(8.920)
Total	(4.976)	(1.349)

18. Imposto de renda e contribuição social: Abaixo demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2021 no regime de lucro real:

	2021	
	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	31.920	31.920
Alíquota nominal dos tributos	25%	9%
	(7.956)	(2.873)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo		
Varição cambial não realizada	(42)	(14)
Outros	18	6
Reversão de benefício fiscal	5.957	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(2.023)	(2.881)
Alíquota efetiva	25%	9%

Abaixo demonstração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social em 31 de dezembro de 2020 no regime de lucro presumido:

	2020
Receita de suprimento de energia elétrica	72.904
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	5.832
Rendimento de aplicações financeiras	981
Atualizações monetárias	6.180
Total base de cálculo	12.993
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.949)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(1.275)
Total do imposto de renda	(3.224)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	8.748
Rendimento de aplicações financeiras	981
Atualizações monetárias	6.180
Total base de cálculo	15.909
Alíquota da contribuição social (9%)	(1.432)
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(4.656)

19. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. **Mensuração do valor justo:** O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possui quaisquer operações estruturadas com derivativos, contratos a termo, operações de swap, opções, futuros ou mesmo operações de derivativos embutidos em outros produtos, de forma que não há qualquer risco associado às políticas de utilização de instrumentos financeiros derivativos. **Valor justo hierárquico:** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são como segue:

Categoria	Nível	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Custo amortizado	2	44	44	24.080
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	48.711	48.711	51.854
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	6.456	6.456	6.189
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.285	9.285	7.007
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	2	21.369	21.369	950
Obrigações de arrendamentos	Custo amortizado	2	7.358	7.358	5.625
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	134.071	118.780	143.603
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	2	12.838	12.838	11.637
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	6.272	6.272	5.349

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, que estão atreladas ao CDI. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e

50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
	Provável	Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário
TJLP	9.881	11.828	1.947	13.750
Total	9.881	11.828	1.947	13.750

Risco de crédito: O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia. **Contas a receber:** A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo. **Depósitos em bancos e instituições financeiras:** Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2020						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	1.517	2.933	13.221	65.107	123.880	206.658
	1.517	2.933	13.221	65.107	123.880	206.658
31 de dezembro de 2021						
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	1.648	3.121	14.302	69.413	114.833	203.317
	1.648	3.121	14.302	69.413	114.833	203.317

Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras. **Gestão de capital:** A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31/12/2021
Dívida financeira	134.071
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(3.817)
Dívida líquida (a)	130.254
Patrimônio líquido (b)	232.026
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	35,95%

20. Seguros: A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos. As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos	De	Data de vigência	Até	Importância Segurada	Limite máximo de indenização
Risco operacional	31/10/2021		31/10/2022	387.080	6.569.700
Responsabilidade civil	31/10/2021		31/10/2022	N/A	56.407

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral temos um valor limite que contempla todas as empresas do Grupo.

Diretoria Executiva	
Roberta Bonomi - Diretora-Presidente	
Mara Ayesha Lopez Berrios - Diretora Administrativa e Financeira	
Relações com Investidores	
Fábio Romanin	
Contador Responsável	
Camila Silva de Mello - CRC 1RS083577/O-5	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A., Rio de Janeiro - RJ
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de março de 2022

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6-F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

